

# Watergate não afetou plano americano

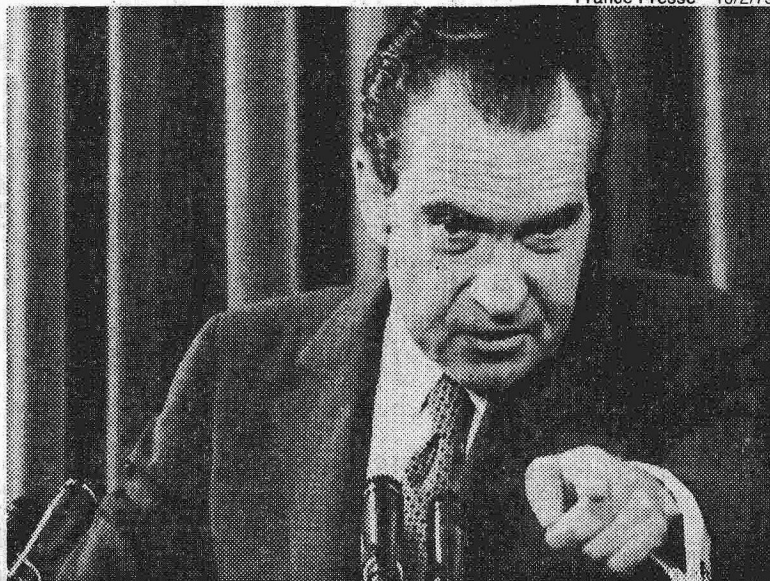
PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON — A antiga tendência brasileira de olhar para fora, principalmente para os Estados Unidos, para explicar ou justificar decisões, comportamentos ou eventos domésticos costuma produzir análises tortas, que desfocam a realidade externa, nada elucidam internamente e levam com frequência a soluções falsas ou postizas. O Brasil é, afinal, o país onde o banqueiro Amador Aguiar, um protestante, conseguiu convencer os generais nacionalistas que estavam no poder no final da década de 60 a baixar decreto estabelecendo a celebração do Dia de Ação de Graças americano como coisa nossa.

Hoje, o Thanksgiving Day, uma feriado não-religioso nos EUA cuja origem remonta ao encontro de peregrinos protestantes com índios, nos primórdios da colônia, é celebrado em Brasília com missa na catedral católica, assistida pelo presidente da República e todo o seu Ministério.

Os paralelos entre o episódio do Watergate, que levou à renúncia do presidente Richard Nixon, em agosto de 1975, e o escândalo que engolfa o presidente Fernando Collor parecem começar a produzir a mesma sorte de exageros. Alguns paralelos existem e devem ser estabelecidos — na dimensão moral dos dois casos, na inviabilidade política de Nixon e Collor, na perspectiva e técnicas do impeachment e, principalmente, na oportunidade histórica que a crise dá ao Brasil de testar e consolidar as instituições democráticas.

**Quadrilha** — Há, no entanto, mais diferenças do que semelhanças entre os dois episódios. A começar pela natureza do delito praticado. Nixon nunca foi acusado de usar o poder para enriquecer parentes e amigos. Naufragou por ter montado um esquema de obstrução da Justiça para acobertar crimes de abuso de poder político. Collor é suspei-



## Watergate e renúncia

Nixon caiu por obstruir a Justiça, sem acusações de ter usado o poder para enriquecer amigos e parentes

to de crime mais grave. Os fatos apurados pela CPI retratam o presidente da República como protetor, beneficiário e membro passivo de uma quadrilha que usava o poder para assaltar o erário público e fazer tráfico de influência.

Historiadores americanos acreditam que o assalto à sede do Partido Democrata no edifício do Watergate, em junho de 1972, teria passado à história como um mero passo em falso na trajetória de um estadista, se Nixon tivesse admitido prontamente a responsabilidade do governo no episódio e demitido meia dúzia de assessores, depois que o jornal *The Washington Post* deu a informação, como notícia policial. A revelação dos crimes do caso brasileiro dificilmente permitiria desfecho favorável ao presidente da República, mesmo se ele tivesse se penitenciado a tempo.

A busca de pontos de contato entre os dois escândalos torna-se patética quando a discussão entra na área econômica. O que

aconteceu na economia americana no período do Watergate?, perguntam-se empresários, políticos e livre-pensadores, em busca de indícios sobre o que poderá acontecer agora no Brasil. A resposta é curta e grossa: nada que tenha relevância para a atual situação do País.

Indiretamente, as dificuldades políticas internas de Nixon podem ter pesado na decisão dos árabes de iniciar a guerra de 1973 contra Israel e, derrotados, articular o primeiro embargo do petróleo — o fato mais importante da economia dos EUA e das demais economias de mercado no período do Watergate. Em tese, pode-se argumentar que a preocupação de Nixon com sua própria sobrevivência política impediu os EUA de prestar atenção nas consequências de longo prazo do choque do petróleo — a crise da indústria automobilística americana, por exemplo — e preparar-se para elas.

Mesmo que houvesse alguma semelhança econômica entre os

EUA dos anos 70 e o Brasil de hoje, há uma diferença entre os dois países que torna impossível qualquer paralelo. A economia americana é dominada pelo investimento privado. A brasileira está paralisada há anos pelo endividamento público.

A pressão crescente de democratas e republicanos para que Nixon renunciasse, que se intensificou na primavera americana de 1975, tinha como pano de fundo a necessidade de preservar as instituições e a governabilidade de uma superpotência com poder e responsabilidades globais. Não havia nenhum problema ou ameaça econômica que dependesse do resultado do Watergate.

**Apoio internacional** — O que acontecerá na economia brasileira nas próximas semanas, talvez nos próximos anos, está diretamente ligado não apenas à velocidade com que o caso PC for resolvido (o Brasil desmancha se a crise durar três anos, como ocorreu com o Watergate), mas ao próprio desfecho. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, torce para que a decisão sobre o impeachment seja tomada em menos de um mês.

Marcílio sabe que quaisquer chances de apoio internacional ao atabalhoado processo de abertura, modernização e estabilização econômica evaporarão se o dilema não estiver resolvido quando ele embarcar para a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, na última semana de setembro, em Washington.

O mercado, por sua vez, já dá sinais de que a saída de Collor não é apenas politicamente desejável, como se tornou condição para a continuação de qualquer política de estabilização no País — quando menos porque abriu uma oportunidade histórica para o Brasil atacar a praga da corrupção que compromete, há décadas, a confiança dos cidadãos no governo, as prioridades da administração pública e a utilização racional dos recursos do governo.